



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto abaixo.

Até alguns anos atrás, a palavra biodiversidade era quase incompreensível para a maioria das pessoas. Hoje, se ainda não chega a ser um tema que se discuta nos bares, vem se incorporando cada vez mais na sociedade em geral. Tudo indica que a variedade de espécies de plantas, animais e insetos de uma determinada área começa a ser uma preocupação geral – a ponto de a ONU considerar 2010 o Ano Internacional da Biodiversidade.

Mas, ainda que seja um assunto cada vez mais popular, convencer governos e sociedades de que a biodiversidade tem importância fundamental para a espécie humana e para o próprio planeta é uma perspectiva remota. Afinal, a quantidade de espécies aparentemente não influencia a vida profissional, social e econômica de quem está mergulhado nas decisões mais prosaicas do dia a dia.

Como diz Ahmed Djoghlaif, secretário-executivo da 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, o objetivo desse encontro é "desenvolver um novo plano estratégico para as próximas décadas, incluindo uma visão para 2050 e uma missão para a biodiversidade em 2020."

Talvez seja um discurso um pouco vago devido à urgência dos fatos: nunca, na história do planeta, registrou-se um número tão grande de espécies ameaçadas. Diariamente, 100 delas entram em processo de extinção e calcula-se que nos próximos 20 anos mais de 500 mil serão varridas definitivamente do globo. Tudo isso ocorre, na maior parte, graças à intervenção humana.

Nessas espécies encontra-se um vasto e generoso banco genético, cuja exploração ainda engatinha, capaz de fornecer as mais diferentes soluções para questões humanas eminentes. Esse fato poderia constituir argumento suficiente para a preservação das espécies e das áreas em que elas se encontram. No entanto, o raciocínio conservacionista tem sido puramente contábil: quanto vale a biodiversidade, qual é o prejuízo que representa sua diminuição e que investimento é necessário para mantê-la. Nessa contabilidade, o que entra é um valor atribuído aos "serviços" ambientais que os biomas oferecem – como a purificação do ar e da água, o fornecimento de água doce e de madeira, a regulação climática, a proteção a desastres naturais, o controle da erosão e até a recreação. E a ONU avisa: mais de 60% desses serviços estão sofrendo degradação ou sendo consumidos mais depressa do que podem ser recuperados.

(Roberto Amado. **Revista do Brasil**, outubro de 2010, pp. 28-30, com adaptações)

1. As informações mais importantes contidas no texto estão resumidas, com lógica, clareza e correção, em:

- (A) A biodiversidade, com a variedade de espécies de plantas, animais e insetos de uma região, tem seu valor reconhecido como benefício para as condições gerais do globo, que se mantém com sua preservação. E ainda, tem valor para pesquisas sobre genética, para se descobrir as causas de muitas doenças, hoje desconhecidas, apesar de que sua degradação esteja mais rápida do que a regeneração desses biomas.
- (B) A degeneração da biodiversidade hoje é bem maior que a ampla recuperação dos biomas, conquanto seja fornecedora de material genético, capaz de descobrir a solução para problemas humanos, principalmente na saúde. Vai se desenvolver novo plano estratégico de conservação dessa biodiversidade nos próximos 20 anos, que é necessário para a proteção das várias espécies de plantas e animais que aí vivem.
- (C) A biodiversidade passou a ser um tema que tem trazido preocupação maior em todas as áreas, tanto que 2010 é o Ano Internacional da Biodiversidade. A razão dessa preocupação está no grande número de espécies ameaçadas, principalmente em virtude da intervenção humana. A biodiversidade tem sido bem mais valorizada pelos benefícios prestados ao ambiente, do que por sua contribuição aos estudos genéticos, sem se levar em conta que a degradação desses biomas esteja ocorrendo em um ritmo mais acentuado do que a possibilidade de sua recuperação.
- (D) O Ano Internacional da Biodiversidade, que é este, procura ser preocupação geral com os biomas que, além de oferecer serviços ao ambiente, tem possibilidades genéticas para os estudos que estão principiando. A extinção de grande número de espécies, por causa da ação indevida do ser humano, eis por que tem muitas espécies ameaçadas, já que os biomas, embora ofereçam os serviços da natureza, não conseguem se recuperar mais depressa que a sua degradação.
- (E) O tema da biodiversidade que virou assunto popular ultimamente, todos discutem, sem conhecimento de que ele é importante para a vida de todos no planeta, como banco genético, que os estudos ainda estão começando. Somente os serviços que os biomas estão prestando à natureza é que está sendo considerado, no interesse da maioria, por sua regulação climática e, mais ainda, a proteção a desastres naturais.

2. A afirmativa correta, considerando-se o assunto do texto, é:

- (A) Há, atualmente, preocupação maior com a manutenção da biodiversidade, baseada especialmente na ampla conscientização de sua importância para a vida no planeta.
- (B) Apesar da importância de grande número de espécies animais que oferecem vasto material genético para pesquisas, ainda são incipientes os estudos nessa área.
- (C) A contabilidade atual em torno dos benefícios oferecidos ao meio ambiente pela biodiversidade descon sidera a presença humana no planeta.
- (D) A biodiversidade transformou-se em um assunto para leigos, que o discutem sem levar em conta, verdadeiramente, a importância dos biomas para a ciência genética.
- (E) Diante da importância da biodiversidade, é compreensível que ela seja avaliada apenas por conta dos benefícios que presta à manutenção das condições climáticas do planeta.



3. Considere as afirmativas a respeito da pontuação nos trechos transcritos abaixo:

- I. *Tudo indica que a variedade de espécies de plantas, animais e insetos de uma determinada área começa a ser uma preocupação geral – a ponto de a ONU considerar 2010 o Ano Internacional da Biodiversidade.*
O travessão introduz um argumento que justifica o que acaba de ser afirmado.
- II. *Talvez seja um discurso um pouco vago devido à urgência dos fatos: nunca, na história do planeta, registrou-se um número tão grande de espécies ameaçadas.*
Os dois pontos introduzem segmento explicativo para a expressão anterior a eles, *urgência dos fatos*.
- III. *Nessa contabilidade, o que entra é um valor atribuído aos "serviços" ambientais que os biomas oferecem ...*
O emprego das aspas busca chamar a atenção para um sentido particular atribuído ao vocábulo *serviços*.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I e II, apenas.

4. *Tudo isso ocorre, na maior parte, graças à intervenção humana.* (4º parágrafo)

A relação sintático-semântica entre os dois segmentos da afirmativa acima se estabelece como

- (A) um fato real, seguido de uma hipótese provável.
(B) uma observação concreta e sua conclusão mais coerente.
(C) um tempo determinado e um de seus principais efeitos.
(D) uma assertiva e uma de suas consequências objetivas.
(E) um efeito decorrente de sua causa principal.

5. Com a substituição do segmento grifado pela expressão entre parênteses no final da transcrição, o verbo **que deverá ser mantido no singular** está em:

- (A) ... *nunca, na história do planeta, registrou-se um número tão grande de espécies ameaçadas*. (tantas espécies ameaçadas)
(B) ... *um tema que se discute nos bares ...* (daqueles temas)
(C) ... *o raciocínio conservacionista tem sido puramente contábil ...* (o raciocínio dos conservacionistas)
(D) *Mas, ainda que seja um assunto cada vez mais popular ...* (assuntos cada vez mais populares)
(E) ... *de quem está mergulhado nas decisões mais prosaicas do dia a dia.* (daqueles que)

6. ... capaz de fornecer as mais diferentes soluções para questões humanas eminentes. (último parágrafo)

Considerando-se o par de palavras **eminentes / iminentes**, é correto afirmar que se trata de exemplo de

- (A) homonímia.
(B) homofonia.
(C) antonímia.
(D) sinonímia.
(E) paronímia.

7. ... para a preservação das espécies e das áreas em que elas se encontram. (último parágrafo)

A expressão pronominal grifada acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) As inúmeras espécies que constituem os biomas oferecem material de estudo se fundamentam os cientistas para descobrir a cura de doenças.
(B) É necessário ampliar o conhecimento sobre a importância da biodiversidade para a vida no planeta, se amplie o campo das pesquisas genéticas.
(C) O número de espécies de um bioma garante a matéria genética dispõem os pesquisadores para estudos nas mais diversas áreas do conhecimento.
(D) Material genético disponível para estudos mais aprofundados na área da saúde humana é tudo aquilo possam sonhar os cientistas.
(E) Justifica-se uma preocupação maior com a sustentabilidade do planeta, tendo em vista se acelera o ritmo da degradação de diversos biomas.

Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Em 1904, Kafka escreveu a seu amigo Oskar Pollak: "No fim das contas, penso que devemos ler somente livros que nos mordam e piquem. Se o livro que estamos lendo não nos sacode e acorda como um golpe no crânio, por que nos darmos o trabalho de lê-lo? Para que nos faça feliz, como diz você? Seríamos felizes da mesma forma se não tivéssemos livros. Livros que nos façam felizes, em caso de necessidade, poderíamos escrevê-los nós mesmos. Precisamos é de livros que nos atinjam como o pior dos infortúnios, como a morte de alguém que amamos mais do que a nós mesmos, que nos façam sentir como se tivéssemos sido banidos para a floresta, longe de qualquer presença humana, como um suicídio. É nisso que acredito."

(Adaptado de Alberto Manguel. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 113)



<p>8. ... por que nos <u>darmos o trabalho de lê-lo?</u></p> <p>A expressão que contém o mesmo sentido do segmento grifado acima é:</p> <p>(A) pouparmos de. (B) resguardarmos em. (C) entediarmos ao. (D) esforçarmos para. (E) preservarmos de.</p>	<p>12. Uma das formas de proteger o sigilo da informação que trafega na Internet é</p> <p>(A) não usar a opção "com cópia para" do correio eletrônico. (B) a criptografia. (C) não fazer os <i>downloads</i> em <i>notebooks</i>. (D) não responder <i>e-mails</i> que chegam "com cópia oculta". (E) mandar <i>e-mails</i> somente a pessoas da lista pessoal.</p>
<p>9. I. Kafka acredita que, para valer a pena ser lido, um livro deve surpreender e provocar o leitor, causando-lhe estranhamento e espanto.</p> <p>II. Ao afirmar que <i>Seríamos felizes da mesma forma se não tivéssemos livros</i>, Kafka paradoxalmente defende a ideia de que, apesar de oferecerem entretenimento, os livros não proporcionam um modo saudável de diversão, pois a leitura é uma atividade extremamente solitária.</p> <p>III. As reflexões de Kafka são construídas por meio de imagens que traduzem o tipo de livro que o autor considera necessário ler: aquele que atinge o leitor <i>como o pior dos infortúnios</i>.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) III, apenas. (B) I e III, apenas. (C) I, II e III. (D) I e II, apenas. (E) I, apenas.</p>	<p>13. No <i>Word</i>, "Numerada", "Vários níveis" e "Estilos de Lista" são abas que, no menu Formatar, são pertinentes à opção</p> <p>(A) Marcadores e numeração. (B) Plano de fundo. (C) Fonte. (D) Estilos e marcação. (E) Parágrafo.</p> <p>14. Usada para desfazer alterações feitas e para retornar as configurações do computador a uma etapa anterior, preservando os trabalhos recentes, sendo um processo totalmente reversível. No <i>Windows</i>, trata-se de</p> <p>(A) Central de segurança. (B) Gerenciador de tarefas. (C) Restauração do sistema. (D) Painel de controle. (E) Atualizações automáticas.</p>
<p>10. Para que nos <u>faça feliz...</u></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:</p> <p>(A) ... livros que nos atinjam... (B) <i>Seríamos felizes da mesma forma...</i> (C) ...como a morte de alguém que amamos... (D) ... por que nos darmos o trabalho... (E) Se o livro que estamos lendo...</p>	<p>15. Processador, memória RAM e bateria são alguns dos principais componentes</p> <p>(A) do disco rígido. (B) da placa-mãe. (C) do conector serial. (D) da saída paralela. (E) da porta USB.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Informática</p> <p><u>Atenção:</u> Quando não explícito, para responder às questões sobre os aplicativos e sistemas, considere o <i>MS-Office 2003</i> e o <i>BrOffice 3.1</i>, em suas versões na língua portuguesa. Considere, ainda, o <i>Windows XP</i> na sua versão <i>home edition</i> e modo clássico, os comandos básicos do <i>Linux</i> e o <i>Internet Explorer 8</i>. Todas as questões referem-se às características originais dos produtos, ou seja, não customizadas pelo usuário.</p> <p>11. As células A1 até A3 de uma planilha <i>BrOffice</i> (<i>Calc</i>) contém, respectivamente, os números: 2, 22 e 222. A célula A4 contém a fórmula =A1*A2+A3 (resultado = 266) que arrastada pela alça de preenchimento para a célula A5 registrará, nesta última, o resultado (calculado)</p> <p>(A) 63936 (B) 10736 (C) 6074 (D) 5150 (E) 510</p>	<p>16. A operação de transferência de um arquivo gravado no computador pessoal para um computador servidor de um provedor da Internet é conhecida por</p> <p>(A) <i>Move</i>. (B) <i>Extraction</i>. (C) <i>Copy</i>. (D) <i>Download</i>. (E) <i>Upload</i>.</p> <p>17. No <i>Internet Explorer</i>, o bloqueio ou desbloqueio de <i>Pop-ups</i> pode ser realizado por intermédio do menu</p> <p>(A) Opções. (B) Arquivo. (C) Editar. (D) Exibir. (E) Ferramentas.</p>



<p>18. Um arquivo movido para a Lixeira do <i>Windows</i></p> <p>(A) só pode ser recuperado dentro dos três primeiros meses após a movimentação.</p> <p>(B) é recuperável desde que tenha sido excluído mediante o uso combinado das teclas shift + del.</p> <p>(C) só pode ser restaurado para o local original.</p> <p>(D) é excluído permanentemente.</p> <p>(E) pode ser restaurado.</p>	<p>22. Compete privativamente ao Senado Federal:</p> <p>(A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.</p> <p>(B) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.</p> <p>(C) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.</p> <p>(D) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.</p> <p>(E) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.</p>
<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>19. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de</p> <p>(A) trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.</p> <p>(B) quarenta e dois, só será permitida a substituição através de suplentes regularmente inscritos.</p> <p>(C) vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.</p> <p>(D) vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais, sem qualquer restrição.</p> <p>(E) trinta e seis, só será permitida a substituição através de suplentes regularmente inscritos.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>23. De acordo com a Resolução do TSE nº 21.538/2003, no título de eleitor, os dois últimos algarismos correspondem</p> <p>(A) aos dígitos verificadores.</p> <p>(B) ao código do Tribunal que autorizou a expedição.</p> <p>(C) à unidade da federação de origem da inscrição.</p> <p>(D) à cidade a que pertence o título eleitoral.</p> <p>(E) ao código da residência do titular.</p>
<p>20. Segundo a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por</p> <p>(A) três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.</p> <p>(B) metades dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.</p> <p>(C) um terço dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.</p> <p>(D) dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.</p> <p>(E) um quarto dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.</p>	<p>24. De acordo com a Constituição Federal, podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins,</p> <p>(A) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins.</p> <p>(B) Juízes de Direito da Justiça Estadual do Estado de Tocantins.</p> <p>(C) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral militantes no Estado de Tocantins.</p> <p>(D) Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p>21. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é competência</p> <p>(A) privativa dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(B) privativa dos Municípios.</p> <p>(C) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(D) privativa da União.</p> <p>(E) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p>25. Das decisões do Tribunal Superior Eleitoral que declararem a invalidade de ato contrário à Constituição Federal e que denegarem <i>habeas corpus</i>, caberá recurso</p> <p>(A) extraordinário.</p> <p>(B) especial.</p> <p>(C) ordinário e recurso extraordinário, respectivamente.</p> <p>(D) extraordinário e recurso ordinário, respectivamente.</p> <p>(E) ordinário.</p>



<p>26. De acordo com a Lei nº 9.096/95, os partidos políticos</p> <ul style="list-style-type: none">(A) poderão receber recursos financeiros de procedência estrangeira.(B) não poderão promover alterações programáticas ou estatutárias após o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.(C) poderão, depois de autorização diplomática, subordinarem-se a entidade estrangeira.(D) poderão incorporar-se um ao outro por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação.(E) poderão manter organização paramilitar.	<p>29. Numa eleição para Governador do Estado, concorreram vários candidatos. João foi o mais votado, mas não alcançou maioria absoluta de votos, não computados os em branco e nulos, na primeira votação. José, Luiz e Mário empataram em segundo lugar, sendo José o mais idoso, Mário o mais jovem e Luiz o que concorria pelo maior número de partidos coligados. Nesse caso, o segundo turno será disputado entre</p> <ul style="list-style-type: none">(A) João e Mário.(B) João e José.(C) João, José e Luiz.(D) João, José, Luiz e Mário.(E) João e Luiz.
<p>27. De acordo com a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inexigibilidade), considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Os que tiverem competência ou interesse direto, indireto ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive para fiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.II. Os que tenham ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder público.III. Os que tenham ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, com recursos repassados pela Previdência Social. <p>Para candidatarem-se ao cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República, devem observar o prazo de desincompatibilização de 6 meses o que consta SOMENTE em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) III.(B) II e III.(C) I e III.(D) I e II.(E) I.	<p>30. A propaganda eleitoral</p> <ul style="list-style-type: none">(A) através de <i>outdoors</i> submete-se a prévio sorteio de local a ser feito pela Justiça Eleitoral.(B) através da realização de <i>showmício</i> e de evento assemelhado para promoção de candidato, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral é permitida até às 22 horas do dia que antecede a eleição.(C) através da utilização de trios elétricos é vedada para a sonorização de comícios.(D) através da distribuição de material gráfico, caminhada, carreatas, passeatas ou carros de som que transitem pela cidade divulgando <i>jingles</i> ou mensagens de candidatos é permitida até às 22 horas do dia que antecede a eleição.(E) é absolutamente vedada no dia da eleição, não podendo o eleitor utilizar broches e adesivos.
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 28 a 32 referem-se à Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições).</p> <p>28. As propostas defendidas pelo candidato</p> <ul style="list-style-type: none">(A) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Deputado Federal e Senador.(B) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Deputado Estadual.(C) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Prefeito, Governador de Estado e Presidente da República.(D) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Vereador.(E) não se incluem dentre os documentos que devem instruir o registro de qualquer candidatura.	<p>31. Na fiscalização das eleições,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) o fiscal poderá ser nomeado para fiscalizar mais de uma Seção Eleitoral no mesmo local de votação.(B) o presidente do partido ou representante da Coligação não precisa registrar na Justiça Eleitoral o nome das pessoas autorizadas a expedir as credenciais dos fiscais e delegados.(C) as credenciais de fiscais e delegados deverão ser expedidas exclusivamente pela Justiça Eleitoral.(D) a escolha dos fiscais ou delegados de partido ou coligação poderá recair em quem, por nomeação do Juiz Eleitoral, já faça parte da Mesa Receptora.(E) a escolha dos fiscais ou delegados de partido ou coligação poderá recair em pessoa com 16 anos. <p>32. No caso das convenções partidárias não indicarem o número máximo de candidatos previstos em lei,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) os filiados aos partidos políticos poderão livremente inscrever-se até atingir o número máximo permitido.(B) o preenchimento das vagas remanescentes será feito através da votação da maioria dos candidatos indicados na convenção.(C) o preenchimento das vagas remanescentes dependerá da realização de nova convenção.(D) os partidos concorrerão apenas com os candidatos indicados na convenção.(E) os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até sessenta dias antes do pleito.



33. De acordo com a Lei nº 6.091/74, utilizar em campanha eleitoral, no decurso dos noventa dias que antecedem o pleito, veículos e embarcações pertencentes à União, Estados, Municípios e respectivas autarquias e sociedades de economia mista, acarreta
- (A) a aplicação de pena de detenção de 3 a 6 meses, somente.
- (B) a aplicação de pena de detenção de 15 dias a 6 meses e de 200 a 300 dias-multa.
- (C) a aplicação de advertência verbal e pública pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- (D) o cancelamento do registro do candidato ou de seu diploma, se já houver sido proclamado eleito.
- (E) a imposição de multa de 100 a 150 dias-multa.

Direito Administrativo

34. No que diz respeito ao instituto da convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar:
- (A) admite-se convalidação quando houver vício de incompetência em razão da matéria, como por exemplo, quando determinado Ministério pratica ato de competência de outro.
- (B) convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido vício existente em determinado ato, com efeitos *ex nunc*.
- (C) a convalidação sempre será possível quando houver vício no objeto do ato administrativo.
- (D) a impugnação expressa, feita pelo interessado, contra ato com vício sanável de competência, constitui barreira a sua convalidação pela Administração.
- (E) admite-se convalidação quando o vício relacionar-se ao motivo do ato administrativo.

35. Na concessão de serviço público:
- (A) A extinção do contrato de concessão pode ocorrer por diversas formas e razões, sendo uma delas a anulação, que pode provir de decisão administrativa ou judicial e os efeitos que produz são *ex nunc*.
- (B) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições legais e as normas convencionadas entre as partes.
- (C) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, com exceção dos direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
- (D) A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização denomina-se reversão.
- (E) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, através de requerimento administrativo promovido para esse fim.

36. De acordo com a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), os interessados em participar de licitação, na modalidade convite:
- (A) Não poderão participar, os cadastrados na correspondente especialidade, ainda que manifestem interesse até vinte e quatro horas antes da apresentação das propostas.
- (B) São convocados obrigatoriamente por meio da publicação do edital na Imprensa Oficial.
- (C) Como regra, são convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.
- (D) Não precisam ser necessariamente do ramo pertinente ao objeto do convite.
- (E) Devem ser previamente cadastrados.

37. Os órgãos públicos
- (A) não têm personalidade jurídica própria.
- (B) são compostos quando constituídos por vários agentes, sendo exemplo, o Tribunal de Impostos e Taxas.
- (C) confundem-se com as pessoas físicas, porque congregam funções que estas vão exercer.
- (D) são singulares quando constituídos por um único centro de atribuições, sem subdivisões internas, como ocorre com as seções integradas em órgãos maiores.
- (E) não são parte integrante da estrutura da Administração Pública.

38. Nos contratos administrativos,
- (A) decorridos cinquenta dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- (B) nenhum contrato com a Administração Pública pode ser de forma verbal.
- (C) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e tomada de preços, sendo dispensável em algumas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação.
- (D) é permitida a qualquer interessado a obtenção gratuita de cópia autenticada de contrato administrativo.
- (E) a minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

Noções de Administração Pública

39. De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Federal, a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de
- (A) demissão.
- (B) afastamento.
- (C) censura.
- (D) suspensão.
- (E) multa.



<p>40. Os órgãos públicos</p> <p>(A) são soberanos.</p> <p>(B) são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais.</p> <p>(C) são classificados como entidades estatais.</p> <p>(D) têm autonomia política.</p> <p>(E) têm personalidade jurídica.</p>	<p>44. Em regra, no seguro de dano, a transferência do contrato a terceiro com a alienação ou cessão do interesse segurado é</p> <p>(A) admitida, sendo que a apólice ou o bilhete à ordem só se transfere por endosso em preto, datado e assinado pelo endossante e pelo endossatário.</p> <p>(B) admitida, sendo que se o instrumento contratual é nominativo, a transferência produz efeitos em relação ao segurador após dez dias úteis da efetivação da transferência, sendo desnecessário aviso escrito.</p>	
<p>41. De acordo com a Organização Administrativa Brasileira, o SESI, o SESC e o SENAI são entidades</p> <p>(A) fundacionais.</p> <p>(B) empresariais.</p> <p>(C) estatais.</p> <p>(D) paraestatais.</p> <p>(E) autárquicas.</p>	<p>(C) vedada pelo Código Civil brasileiro em atenção aos princípios da transparência e da boa-fé objetiva.</p> <p>(D) admitida, sendo que, se o instrumento contratual é nominativo, a transferência produz efeitos em relação ao segurador imediatamente, sendo desnecessário aviso escrito.</p> <p>(E) admitida, sendo que a apólice ou o bilhete à ordem se transfere por endosso em branco.</p>	
<p>Direito Civil</p>	<p>45. Na doação não sujeita a encargo, se o doador fixar prazo ao donatário para declarar se aceita ou não a liberalidade e este, ciente do prazo, não a fizer,</p> <p>(A) deverá o doador notificar por escrito o donatário para que se manifeste no prazo improrrogável de 48 horas.</p> <p>(B) deverá o doador celebrar aditivo contratual e notificar por escrito o donatário para que se manifeste dentro de trinta dias.</p> <p>(C) entender-se-á que aceitou.</p> <p>(D) entender-se-á que não aceitou.</p> <p>(E) deverá o doador notificar por escrito o donatário para que se manifeste no prazo improrrogável de 24 horas.</p>	
<p>42. Considere as seguintes assertivas a respeito do pagamento:</p> <p>I. É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.</p> <p>II. Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes não se presumem pagos.</p> <p>III. A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento, mas ficará sem efeito a quitação assim operada se o credor provar, em sessenta dias, a falta do pagamento.</p> <p>IV. Se o pagamento se houver de fazer por medida, ou peso, entender-se-á, no silêncio das partes, que não aceitaram os do lugar da execução.</p> <p>De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p> <p>43. Marta possui dezesseis anos de idade e reside com sua mãe, Julia, já que seu pai é falecido. Julia pretende fazer cessar a incapacidade civil de Marta. Neste caso, Julia</p> <p>(A) não poderá fazê-lo em razão do falecimento do pai de Marta.</p> <p>(B) não poderá fazê-lo uma vez que Marta possui dezesseis anos de idade.</p> <p>(C) deverá fazê-lo através de procedimento judicial adequado visando sentença proferida em juízo.</p> <p>(D) poderá fazê-lo mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.</p> <p>(E) poderá fazê-lo mediante instrumento público, desde que submetido à homologação judicial.</p>	<p>Direito Processual Civil</p>	<p>46. O conflito de competência</p> <p>(A) pode ser suscitado pela parte que ofereceu exceção de incompetência.</p> <p>(B) poderá ser decidido de plano pelo relator em qualquer hipótese, cabendo agravo no prazo de dez dias para o órgão recursal competente.</p> <p>(C) será suscitado pela parte através de ofício dirigido ao presidente do Tribunal competente.</p> <p>(D) não obsta que a parte, que o não suscitou, ofereça exceção declinatória do foro.</p> <p>(E) não pode ser suscitado pelo Ministério Público, tratando-se de ato exclusivo das partes e do juiz, devendo, entretanto este ser ouvido em todos os conflitos.</p>



47. O Ministério Público pretende interpor agravo de instrumento em face de decisão proferida em processo em que atua como fiscal da lei. Deverá fazê-lo no prazo de
- (A) 30 dias.
 (B) 20 dias.
 (C) 15 dias.
 (D) 10 dias.
 (E) 5 dias.

48. Mara é juíza de direito. Neste mês recebeu através da distribuição três processos: **A**, **B** e **C**. No processo **A** o advogado do autor é o marido de Mara. No processo **B** uma das partes é inimiga capital de Mara e no processo **C** a autora é empregada de Mara. Nestes casos, Mara está impedida de exercer as suas funções
- (A) nos processos A e C.
 (B) nos processos A e B.
 (C) no processo C.
 (D) no processo B.
 (E) no processo A.

Direito Penal

49. Nos termos do Código Penal, é efeito automático da condenação, não sendo necessário ser declarado na sentença:
- (A) A incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.
 (B) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.
 (C) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos em qualquer crime, salvo nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
 (D) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
 (E) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

50. No concurso de pessoas,
- (A) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam, sejam, ou não, elementares do crime.
 (B) a instigação e o auxílio, em qualquer hipótese, são puníveis mesmo que o crime não ocorra.
 (C) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de metade.
 (D) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
 (E) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime cometido, reduzida de um a dois terços.

51. Arrebatamento de preso é classificado como crime
- (A) praticado por funcionário público contra a administração em geral.
 (B) contra a fé pública.
 (C) contra a administração da Justiça.
 (D) de abuso de autoridade.
 (E) praticado por particular contra a administração em geral.

Direito Processual Penal

52. De acordo com o Código de Processo Penal, serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, dentre outros,
- (A) os estrangeiros.
 (B) os filhos de magistrados.
 (C) os estudantes universitários.
 (D) os cidadãos inscritos no "Livro de Mérito".
 (E) os vereadores, exceto os de cidade com menos de cem mil habitantes.
53. Na hipótese de crime cuja execução tenha sido iniciada no território nacional, mas a consumação tenha ocorrido fora dele, a competência será determinada
- (A) pela residência ou domicílio do réu.
 (B) pelo lugar onde ocorreu a consumação.
 (C) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
 (D) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
 (E) pela prevenção.
54. Quanto ao exame de corpo de delito e às perícias em geral, de acordo com o Código de Processo Penal:
- (A) Os peritos não oficiais ficarão dispensados de compromisso se forem especialistas na matéria objeto da perícia e tiverem prestado compromisso em entidade de classe.
 (B) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de cinco dias, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, a requerimento do Ministério Público.
 (C) Os exames de corpo de delito serão feitos por dois peritos oficiais.
 (D) Se a infração deixar vestígios, a ausência do exame de corpo de delito pode ser suprida pela confissão do acusado.
 (E) Ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado é facultada a indicação de assistente técnico.

**Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**

55. De acordo com a Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa), nas ações de Improbidade Administrativa é INCORRETO afirmar que
- (A) é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações que versem sobre improbidade administrativa.
 - (B) o Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
 - (C) qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - (D) da decisão que receber ou rejeitar a petição inicial na ação de improbidade administrativa caberá apelação com efeito suspensivo.
 - (E) a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
-
56. É forma de provimento do cargo público, dentre outras, a
- (A) aposentadoria.
 - (B) substituição.
 - (C) disponibilidade.
 - (D) ascensão.
 - (E) readaptação.
-
57. Quanto à posse e ao exercício:
- (A) a promoção interrompe o tempo de exercício, sendo descontado do posicionamento na carreira a partir da data da posse.
 - (B) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
 - (C) é de quinze dias o prazo para o servidor nomeado em cargo público entrar em exercício, contados da data da publicação da sua posse.
 - (D) é vedada a posse em cargo público efetivo ou em comissão, por procuração.
 - (E) a posse em cargo público efetivo independerá de prévia inspeção médica oficial.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins

58. Do despacho do relator que recusar a produção de qualquer prova ou a realização de qualquer diligência, nos processos por delitos eleitorais da competência originária do Tribunal, caberá recurso, no prazo de
- (A) cinco dias, sem efeito suspensivo, para o Pleno do Tribunal.
 - (B) sete dias, para o Revisor, que decidirá sobre eventual efeito suspensivo.
 - (C) vinte e quatro horas, sem efeito suspensivo, para o Pleno do Tribunal.
 - (D) dois dias, com efeito suspensivo, para o Vice-Presidente do Tribunal.
 - (E) três dias, com efeito suspensivo, para a Turma Julgadora.
-
59. Os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins
- (A) efetivos ou substitutos, servirão, obrigatoriamente, por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
 - (B) efetivos, servirão, obrigatoriamente, por três anos, no máximo, e nunca consecutivamente.
 - (C) substitutos, servirão, facultativamente, por um ano, no máximo, podendo em caso de força maior, ter renovada a escolha por um ano consecutivo.
 - (D) efetivos ou comissionados, servirão, facultativamente, por dois anos, no mínimo, permitida a recondução.
 - (E) substitutos ou comissionados, servirão, obrigatoriamente, por um ano, no mínimo, e nunca por mais de dois anos consecutivos.
-
60. Além de outras atribuições, compete ao Corregedor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins,
- (A) assinar, com os demais membros e o Procurador-Regional, as atas das sessões, depois de aprovadas, e, juntamente com este e o relator, os acórdãos do Tribunal.
 - (B) conhecer, em grau de recurso, das decisões administrativas da Secretaria.
 - (C) instaurar e dirigir inquérito administrativo contra juiz eleitoral.
 - (D) conceder, na forma da lei, gratificações aos servidores requisitados para a Secretaria ou para os cartórios eleitorais.
 - (E) nomear, empossar, promover, exonerar, demitir e aposentar os servidores do Tribunal.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

No tocante ao Direito Eleitoral, discorra, fundamentadamente, sobre o processo de impugnação de pedidos de registro de candidatos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	